

## MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL PÓS DÉCADA DE 1970: AÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

JOSINEY DA SILVA TRINDADE

Universidade Federal do Pará (UPFA), Cametá, Pará, Brasil

IRLANDA DO SOCORRO DE OLIVEIRA MILÉO

Universidade Federal do Pará (UPFA), Altamira, Pará, Brasil

---

**RESUMO:** Este estudo tem como objetivo analisar como o Movimento Negro (MN) brasileiro, pós década de 1970, contribuiu na luta pela garantia do direito à educação da população negra brasileira. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica, com o emprego de revisão de literatura com base nos autores: Domingues (2007; 2008), Gomes (2012), Gonçalves e Silva (2000), Passos e Nogueira (2014), Pereira (2010), Alberto (2017), entre outros. Os resultados apontam que, desde sua reorganização em 1978, o MN atuou incisivamente para que o direito à educação da população negra fosse garantido, resultando em importantes conquistas, tanto no acesso como na permanência em instituições de ensino, em particular, naquelas de nível superior. Na atualidade, o refluxo das políticas de reparação e promoção da igualdade racial tem sido um grande desafio a ser superado pelo MN, requerendo sólidas estratégias de resistência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimento Negro. Racismo. Antirracismo. Educação.

---

### INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva analisar como o Movimento Negro, pós década de 1970, contribuiu na luta pela garantia do direito à educação da população negra brasileira. É válido ressaltar que não ambicionamos tratar de forma aprofundada todas as reivindicações e resultados das ações tomadas pelas organizações e entidades negras no campo da educação, mas buscamos evidenciar suas principais conquistas.

Ao analisarmos o fenômeno do racismo e da discriminação racial no Brasil e em países como África do Sul e Estados Unidos da América, ou até mesmo em países vizinhos na América do Sul, observamos que o contexto brasileiro apresenta diversas singularidades histórico-políticas. Isso significa que os tempos e formas de organização, os modos de enfrentamento, os tipos de associações criadas, as pautas de lutas, os posicionamentos políticos e outras questões se diferenciam e são singulares em muitos aspectos. Assim, faz-se necessário que o âmbito brasileiro seja analisado com a ciência das particularidades do seu processo histórico de construção da luta antirracista, luta esta que, desde o início, foi protagonizada por negros e negras inconformados como o sistema de opressão estruturado na e pela ideologia do racismo.

As frentes de resistências, criadas tanto por aqueles que chegaram por meio da diáspora quanto por aqueles já nascidos em solo brasileiro, surgem assim que o processo de escravização e de violência do colonizador se inicia. A resistência ao

processo de opressão se inicia mesmo antes de eles chegarem a terras longínquas, nos chamados navios negreiros, nos quais muitos pretos se lançavam ou eram lançados ao mar por preferirem a morte a uma vida sem liberdade.

A fim de ressignificar suas existências e suas culturas, para não sucumbirem à violência e ao racismo do colonizador, a população negra começou a formar frentes organizadas de lutas, o que inicialmente resultou na formação dos quilombos e, posteriormente, em organizações de cunho assistencial, recreativo, cultural, político e educacional. Essas frentes organizadas, entendidas aqui como Movimento Negro, passaram por diversas reconfigurações desde o Brasil Colônia até os dias atuais, porém, a reivindicação por educação esteve presente em todo esse período, o que resultou em importantes avanços, principalmente nas últimas duas décadas do Século XXI, como a criação de leis antirracistas mais severas e de políticas de reparação e promoção da igualdade racial (ALBERTO, 2017; DEUS, 2008; DOMINGUES, 2007, 2008; GOMES, 2012, 2019).

No campo da educação, a formulação e a adoção de ações afirmativas, a exemplo das cotas raciais nas universidades públicas, foram responsáveis por importantes mudanças político-institucionais nas instituições de ensino, em particular naquelas de Ensino Técnico e Superior. Nesse sentido, a realização deste estudo se justifica pela necessidade de uma constante reflexão sobre os impactos causados por essas medidas, assim como sobre o papel da educação na luta antirracista e, conseqüentemente, na luta contra as desigualdades socioculturais existentes na sociedade brasileira. Além disso, ponderar sobre o papel da educação é pensar sobre a garantia de um direito constitucionalmente previsto, mas que é sistematicamente negado para alguns grupos étnico-raciais – como negros, indígenas e quilombolas – o que reflete diretamente na qualidade de vida desses sujeitos, tanto em aspectos sociais e econômicos quanto humanos.

## METODOLOGIA

Para alcance do objetivo proposto, realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa, que tem como principal característica o processo de interpretação e compreensão, indo além da simples explicitação das realidades. Esse tipo de pesquisa, conforme apontam Denzin e Lincoln (2006, p. 17), prima pela busca do conhecimento mediado por uma compreensão complexa das relações constituintes da realidade social em construção, consistindo em “conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo”.

O estudo foi desenvolvido com a análise e interpretação de dados obtidos em literaturas que tratam a temática investigada. Tais literaturas foram encontradas por pesquisa bibliográfica, entendida aqui como um levantamento de toda literatura já publicada em forma de livros, revistas e outros escritos. Esse tipo de pesquisa objetiva pôr o pesquisador em contato “com tudo o que foi publicado sobre determinado assunto, com objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 57).

As buscas foram realizadas nas plataformas digitais *Google Scholar* e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), por meio dos descritores “Movimento Negro Unificado”, “Movimento Negro” e “Movimento negro brasileiro”, entre os meses de setembro a dezembro de 2020. Os critérios para inserção no *corpus* da pesquisa foi ter como objeto de investigação o Movimento Negro no Brasil e ter como língua de publicação o Português. Não foi delimitado como critério de inserção o período de publicação, pois se entendeu que tal critério poderia excluir importantes contribuições para esse estudo. As literaturas levantadas na pesquisa, que serviram de base teórica para esse estudo, foram Domingues (2007), Domingues (2008), Gomes (2012), Gonçalves e Silva (2000), Passos e Nogueira (2014), Pereira (2010), Alberto (2017), entre outros.

#### A DITADURA DE 1964 E A CRIAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU)

O colapso na democracia, que culminou no início de um regime militar autoritário que durou 21 anos (1964-1985), representou um longo período de negação e violação de diversos direitos, havendo um intenso processo de repressão por meio de prisões, torturas e assassinatos contra todo e qualquer indivíduo envolvido em movimentos ou organizações políticas contrárias ao modelo de governo que se instaurara. Resende (2013) frisa que desde o início os militares almejavam conseguir adesão da sociedade ao regime, investindo na insurreição e na homogeneização da consciência coletiva, justificando suas ações como meios para construir uma “verdadeira democracia”, preconizando que os valores que norteavam as ações interventivas estavam de acordo com os valores da sociedade brasileira em geral, por isso, eram os únicos que ofereciam condições de levar o país a um modelo de nação harmoniosa, de acordo com o espírito cordato e conciliador brasileiro.

Na década de 1950, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) incentivou pesquisas que resultaram em importantes trabalhos realizados por Roger Bastide, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira e outros intelectuais renomados que desmistificaram a ideia de um Brasil sem conflitos raciais e evidenciaram as contradições na sociedade brasileira. Nesse contínuo, Alberto (2018) ressalta que tais resultados sinalizaram a fragilidade a respeito da crença na “democracia racial” do Brasil, pois eles refutaram a ideia de relações raciais harmoniosas, “uma vez que a maioria dos pesquisadores concordava que a balança do poder dos recursos pendia contra a vasta população negra do Brasil” (ALBERTO, 2018, p. 252).

Apesar de essas importantes pesquisas escancararem as relações raciais desiguais entre negros e brancos em nosso país, e a despeito das constantes denúncias feitas pelo Movimento Negro, os militares tentaram desacreditar, interna e externamente, a existência de qualquer tipo de conflito racial dentro das fronteiras brasileiras. Eles criaram um discurso fundamentado em propagandas de identidade nacional relacionado à ideia de uma “democracia racial” que, segundo essa ideologia, pretendia preservar a integridade nacional (SILVA; SILVA, 2007).

Nascimento (1978), um dos mais influentes intelectuais negros da época, denunciou em seu livro *O genocídio do Negro Brasileiro* o racismo e a discriminação racial vivida pela população negra brasileira. O autor denunciou ainda a proibição, por meio de leis criadas pelos militares, da discussão sobre temas raciais. Sobre esse

processo de tentativa de silenciamento das discussões raciais, Costa (1982), em seu livro *Fala Crioulo*, publicado ainda sob o regime imposto pela ditadura militar, aponta que:

Cada vez que há um endurecimento, um fechamento político, o negro é atingido diretamente porque todas as suas reivindicações particulares, a exposição de suas ânsias, a valorização de sua história, desde que não sejam feitas segundo os ditames oficiais, cheiram à contestação subversiva (COSTA, 1982, p. 16-17).

Nesse sentido, entende-se que o fechamento político iniciado em 1964 refletiu diretamente sobre a questão racial no Brasil, pois a luta contra o racismo e a discriminação racial ficou legalmente impossibilitada, podendo ser imputada como crime com pena de reclusão de 10 a 20 anos, de acordo com o Artigo 39 do Decreto Lei nº 898/1969, decreto esse que definia os crimes contra a segurança nacional e contra a ordem política e social.

Outro obstáculo encontrado pelas organizações negras foi o Ato Institucional de número 5, conhecido como AI-5, que permitia a suspensão de todos os direitos políticos, perseguição e até pena de morte a qualquer cidadão. Hanchard (2001) enfatiza que nas décadas de 1970 e 1980, o protesto e a denúncia das más condições em que os negros se encontravam na sociedade brasileira foram censurados com frequência e eram tidos como uma afronta ao “caráter nacional”.

De acordo com Cunha Júnior (1992), era difícil a organização de reuniões em grande número de militantes negros devido à própria ditadura militar e ao esvaziamento e isolamento político das organizações negras anteriores. Sobre o isolamento político dessas organizações, Gonzalez (1982, p. 30) afirma que “a repressão desmobilizou as lideranças negras, lançando-as numa espécie de semiclandestinidade isolada das organizações propriamente clandestinas”, ou seja, mesmo dentro dos movimentos de resistência e combate à ditadura em vigor, as organizações negras estavam em um processo de marginalização, concorrendo para que as pautas desse coletivo ficassem invisibilizadas.

Em que pese o processo de desmobilização do Movimento Negro – por conta do autoritarismo e conseqüentemente do risco de prisão, tortura e morte – diversos intelectuais negros tiveram um importante papel na denúncia do racismo brasileiro, assim como na denúncia da tentativa do regime instaurado de negá-lo. Dentre os tais podemos citar Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Joel Rufino, Abdias do Nascimento, Solano Trindade entre outros.

Como consta no Dossiê da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos entre 1964 e 1985, dezenas de militantes negros, não necessariamente ligados à questão racial, foram mortos ou desapareceram nesse período. Outros, como Abdias do Nascimento, foram para o exílio. Sobre a atuação de Abdias, Gonzalez (1982) o destaca como uma das figuras de maior representatividade, que mesmo fora do país não abandonou sua luta, mas enriqueceu sua militância e continuou denunciando o racismo na sociedade brasileira.

José Adão, um dos fundadores do Movimento Negro Unificado (MNU), relata no Documentário Passos de Luta (2018) que no regime militar iniciado em 1964 a violência

contra negros era algo comum, ou seja, a vigilância e principalmente a repressão pelas instituições militares não afligiam somente militantes e intelectuais negros, mas também negros da sociedade civil em geral.

Somado ao desprezo dos militares sobre as questões raciais e as más condições socioeconômicas do negro brasileiro, Milton Barbosa, uma das principais lideranças da época, relata em entrevista a Pereira (2010) que dois fatos foram o estopim para a criação do MNU, chamado inicialmente de Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial: primeiro, a prisão do feirante Robson Silveira da Luz, acusado de furto de frutas, que faleceu em decorrência da tortura sofrida no 44º Distrito Policial de Guaianazes e, segundo, a discriminação racial de quatro jovens negros que foram impedidos de entrar no Clube de Regatas Tietê.

Em resposta ao racismo e à violência policial sofrida pela população negra, emblemáticos nos dois casos descritos acima, e já para lançamento público do novo movimento, no dia 07 de julho de 1978, em plena ditadura militar, foi realizada uma manifestação pública que, de acordo com o Jornal Folha de São Paulo (1978), reuniu cerca de duas mil pessoas em frente ao Teatro Municipal, alcançando repercussão internacional.

Pereira (2010) salienta que o ato popular descrito acima, em pleno regime autoritário e realizado de forma pacífica, só foi possível pela abertura política iniciada no ano de 1974, com a eleição de Ernesto Geisel para a presidência da República. No entanto, o autor considera tal acontecimento como uma transformação nas formas de atuação do Movimento Negro do Brasil e como um despertar para outros militantes negros, mostrando a possibilidade do enfrentamento político ao regime, ao mesmo tempo que abria caminho para a criação de outras organizações negras. Gonzalez (1982) ainda salienta que apesar de existirem diversas organizações pelo país, faltava um ato como esse para garantir simbolicamente um movimento de caráter nacional. Assim, o levante sob o risco de repressão representa um marco na construção dos Movimentos Negros pós década de 1970.

#### MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO: ALGUMAS ESPECIFICIDADES POLÍTICAS

Considerando a formação da sociedade brasileira sobre e sob ideologias altamente racistas, precisamos considerar que sem a atuação do Movimento Negro “jamais teríamos pautado o tema do racismo e da discriminação étnico-racial nas agendas políticas e da justiça brasileira” (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 105).

Ressaltamos que apesar da luta comum contra o racismo, a discriminação racial e todas as violências dele decorrente, o Movimento Negro presente não é uma organização homogênea, mas possui uma diversidade de militâncias, ativismos, entidades e proposições. Isso já foi enfatizado em vários trabalhos, como o de Domingues (2007) e Pereira (2010). O próprio MNU contou com diversos grupos e organizações para sua articulação, que, segundo Gonzalez (1982), inicialmente contava com onze agregações, no entanto, devido à repressão e outros motivos, no dia do ato público eram apenas sete.

Santos (1994) entende como “Movimento Negro” todas as entidades fundadas e promovidas por negros, independente da natureza, ações ou tempo, sejam elas religiosas, recreativas, assistenciais, artísticas, culturais ou políticas. Divergindo da

delimitação conceitual desse autor, Domingues (2007) entende o “Movimento Negro” como uma ação política mobilizada pela raça. Mediante esse contexto de divergências conceituais, usamos o termo “Movimento Negro”, no singular, para referir-nos

as mais diversas formas de organizações e articulações das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam a superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos, e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade (GOMES, 2019, p. 23-24).

Feitas essas considerações, faz-se necessário indagarmos: se já havia diversos grupos negros organizados qual a necessidade da criação de um novo movimento? E o que ele soma à luta?

Como vimos na seção anterior, o Golpe de 1964 significou a mutilação do Movimento Negro. Dessa forma, com o período de maior abertura política iniciado no meado da década de 1970, foi necessário não apenas sua reorganização, mas também tentar construir uma unidade expressiva entre as entidades negras existentes para, assim, denunciar o racismo e, conseqüentemente, para promover o enfrentamento ao regime ditatorial ainda vigente. Além da necessidade de reorganização e de centralização, o MNU traz algumas singularidades se comparado a outras fases do Movimento Negro que existiram antes e durante a última ditadura.

Domingues (2007) considera que houve duas fases do Movimento Negro que antecederam o Golpe de 1964, uma que abrange do primeiro ano da República (1889) ao início do Estado Novo (1937) e outra que compreende o período do fim do governo de Getúlio Vargas (1945) até o ano de início do Regime Militar (1964). Na esquematização a seguir (Tabela 1), apresentamos um quadro comparativo da trajetória do Movimento Negro nessas duas fases.

**Tabela 1.** Quadro comparativo da 1ª e 2ª fase do MN

MOVIMENTO NEGRO	PRIMEIRA FASE (1889-1937)	SEGUNDA FASE (1945-1964)
<b>Discurso racial</b>	Moderado	Moderado
<b>Estratégia cultural de “inclusão”</b>	Assimilacionista	Integracionista
<b>Princípios ideológicos e posições políticas</b>	Nacionalismo e defesa das forças políticas de “direita”, nos anos 1930	Nacionalismo e defesa das forças políticas de “centro” e de “direita”, nos anos 1940 e 1950
<b>Conjuntura internacional</b>	Movimento nazifascista e panafricanista	Movimento da <i>negritude</i> e de descolonização da África

<b>Autoidentificação</b>	Homem de cor, negro e preto	Homem de cor, negro e preto
<b>Causa da marginalização</b>	A escravidão e o despreparo moral/educacional	A escravidão e o despreparo cultural/educacional
<b>Solução para o racismo</b>	Via educacional e moral, nos marcos do capitalismo ou da sociedade burguesa	Via educacional e cultural, eliminando o complexo de inferioridade do negro e reeducando o branco, nos marcos do capitalismo ou sociedade burguesa
<b>Métodos de lutas</b>	Criação de agremiações negras, palestras, atos públicos “cívicos” e publicação de jornais	Teatro, imprensa, eventos “acadêmicos” e ações visando à sensibilização da elite branca para o problema do negro no país
<b>Relação com o “mito” da democracia racial</b>	Denúncia assistemática do “mito” da democracia racial	Denúncia assistemática do “mito” da democracia racial
<b>Capacidade de mobilização</b>	Movimento social que chegou a ter um caráter de massa	Movimento social de vanguarda
<b>Relação com a “cultura negra”</b>	Distanciamento de alguns símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana)	Ambiguidade valorativa diante de alguns símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana)

Fonte: Elaborado por Domingues (2007) e reelaborado pelos autores.

Na primeira fase (1889-1937), além da imprensa negra, surge também o Centro Cívico de Palmares (1926) e a Frente Negra Brasileira (1931) como as primeiras entidades com reivindicações políticas mais elaboradas. Na segunda fase (1945-1964), duas organizações tiveram maior influência nesse período do Movimento Negro: a União dos Homens de Cor (1943), que tinha como princípio político a ascensão econômica e a integração do negro à vida sócio administrativa do país, e o Teatro Experimental do Negro (1944), que desenvolvia um trabalho de cunho sociocultural e tinha, como uma das principais bandeiras, a criação de uma legislação que criminalizasse a discriminação racial.

No mesmo trabalho, Domingues (2007) ainda delimita uma terceira fase do MN que tem como marco a criação do MNU. Além disso, o autor enfatiza que os grupos e organizações que existiram especificamente na década de 1970 eram fragmentados e não tinham um sentido político de enfrentamento ao regime posto. Em contrapartida o MNU, além da ideia de conciliação da luta antirracista e anticapitalista, reivindicava e defendia a

[...] desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a

busca pelo apoio internacional contra o racismo no país  
(DOMINGUES, 2007, p. 114).

Mediante essas colocações apresentadas por Domingues (2007), observamos que, ao contrário das duas primeiras fases anteriores, o Movimento Negro que surge em 1978 se desprende de ideologias nacionalistas e da tentativa de incorporação do modelo de sociedade vigente, assumindo uma postura política organizada de combate e enfrentamento direto ao racismo e à discriminação racial fomentada nas relações de poder e de classes na sociedade brasileira. Além disso, o autor enfatiza a luta contra o embranquecimento do negro, com preferência a um processo de enegrecimento na militância organizada, ou seja, de resgate da ancestralidade africana e da construção de uma identidade étnica para o povo negro.

A empolgação e efervescência que tomava conta do MNU era algo que estava ligado à conjuntura histórica que o país estava vivendo de abertura política, depois de anos de dura repressão, segundo destaca Pereira (2010). Somando-se a isso, para além do forte embate contra o racismo, esse processo de luta ultrapassava a luta racial e refletia na luta de classes, ou seja, o objetivo era a transformação na estrutura da sociedade como um todo. Pereira (2010) também observa nas falas de seus entrevistados que participaram da construção do MNU, que houve nesse período uma intensa circulação de referenciais entre Brasil, países do continente africano e Estados Unidos.

De modo geral, em um período de certa forma instável politicamente, a criação de um movimento que reúne diversos grupos e organizações negras que passam a desempenhar um protagonismo incisivo, foi crucial para que se iniciassem algumas mudanças na estrutura da sociedade brasileira e para que as reivindicações por reparações históricas começassem a ser ouvidas. Como ressaltado por Pereira (2010), os artigos 5º e 62º da Constituição Federal de 1988, que respectivamente tornam o racismo crime inafiançável e que reconhece e garante o direito à titularidade das terras quilombolas, foram diretamente influenciados pela atuação do Movimento Negro. O autor também destaca que na década de 1990, o fato de a “Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, conhecida como Marcha de 1995, ser recebida pelo presidente da República é algo emblemático, pois reflete uma mudança na relação do Estado com o Movimento Negro. E no ano seguinte, em 1996, Fernando Henrique Cardoso se torna o primeiro representante máximo da nação a reconhecer pública e internacionalmente a existência da discriminação racial no Brasil (PEREIRA, 2010).

Gomes (2012) destaca outra especificidade que podemos observar nessa nova fase do Movimento Negro, que é a mudança no perfil dos militantes em decorrência da ênfase no campo da educação, havendo maior investimento na formação em nível de graduação e pós-graduação. Dessa forma, esses sujeitos se tornaram intelectuais-referência no campo da pesquisa a respeito das relações étnico-raciais no Brasil, em conjunto com outras áreas. Como exemplo de intelectuais-referência a autora cita: Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg, que faziam análises do negro no mercado de trabalho; Luiz Alberto Gonçalves, que discutia o racismo presente nas práticas e rituais escolares; Ana Célia da Silva, que tratava dos estereótipos raciais nos livros didáticos e Henrique Cunha

Junior, que discutia a importância do estudo da história da África nos currículos escolares.

Nesse contexto de transformações, a autora entende que ao trazer a público o problema do racismo e levantar questões em torno das ações do Estado para combater as desigualdades raciais, o Movimento Negro ressignifica e politiza a ideia de raça, dando-lhe agora um sentido emancipatório em detrimento ao sentido de inferioridade. Gomes (2012) o vê como sujeito de conhecimento ao constituir-se como um espaço de confluências de diferentes frentes de reivindicações, entre elas, situa-se a demanda por ações afirmativas na Educação Superior e no mercado de trabalho.

A relevância da militância e dos trabalhos realizados pelos intelectuais do Movimento Negro, conforme sinaliza Gomes (2012), são consideravelmente perceptíveis na construção das identidades e produções acadêmicas das gerações seguintes de intelectuais, militantes e ativistas negros que surgiram no cenário nacional. Como exemplo, temos atualmente as filólogas Djamilia Ribeiro e Katiúscia Ribeiro, o antropólogo Rodney William, a socióloga Marielle Franco e a assistente social Carla Akotirene, todos concentram suas discussões em torno de temas como religiões de matriz africana, interseccionalidade, filosofia africana, gênero, raça e classe.

## MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO

Os intelectuais que participaram da construção do MN, que surge no fim da década de 1970, entendida por Domingues (2007) como uma terceira fase dessa organização, dão origem a um movimento para transformação do modelo e dos princípios de educação existente nas instituições brasileiras de ensino.

Como vimos anteriormente, nas duas primeiras fases do Movimento Negro, a solução para o racismo era proposta através da educação e moral ou da educação e cultura, mas ainda sob a égide do capitalismo e da sociedade burguesa. Com o processo de resgate da ancestralidade e valorização da cultura afro, assim como de construção de uma identidade étnica negra, o MN passa a reivindicar uma educação para a superação da opressão racial, principalmente por meio da alteração do currículo escolar e da forma como o negro é apresentado nos materiais didáticos.

Além disso, Gomes (2012) enfatiza que até a década de 1980, a luta do MN por educação tinha um caráter mais universalista, porém, com a constatação da insuficiência das políticas públicas universais para suprir as necessidades específicas da população negra, emergiram de forma mais incisiva as reivindicações por uma educação antirracista, do mesmo modo, se intensificaram os embates para adoção de ações afirmativas.

No entendimento de Gomes (2001), as ações afirmativas dizem respeito às políticas, públicas ou privadas, que se fundamentam no cumprimento do princípio constitucional de igualdade, assim como, em anular as discriminações "justificadas" por marcadores sociais como raça, gênero, nacionalidade, entre outros. O autor ainda discute que essas políticas visam combater não apenas a discriminação flagrante, mas também as que estão estruturalizadas e enraizadas nas relações sociais. Somando-se a Gomes (2001), Domingues (2008) se refere às ações afirmativas como programas que estabelecem, por meio de políticas públicas ou privadas, meios de diminuir ou eliminar desigualdades sofridas por grupos historicamente discriminados, como os negros, as

mulheres, gays etc. Ou seja, há nessas políticas a proposta de uma possível mudança substancial não somente na vida do sujeito discriminado, mas na estrutura social, cultural e econômica que o discrimina.

No contexto do MN, o anseio por ações afirmativas nasce da necessidade de políticas específicas que causem transformações de forma mais imediata e eficaz na realidade da população negra, dando a ela maiores condições de ascensão socioeconômica. Isso, considerando que as políticas universalistas – que comumente são pensadas por princípios supremacistas brancos – são insuficientes, ineficientes ou ineficazes para atender as demandas dessa grande e majoritária parcela da população brasileira.

Ao analisarmos os estudos de pesquisadores(as) como Gomes (2012), Deus (2008), Gonzalez (1982), Pinto (2013) entre outros (as), podemos observar que, apesar de serem adotadas apenas no início do século XXI, a necessidade de ações afirmativas já era há muito tempo uma discussão presente no interior da militância negra. Por conseguinte, Pereira (2010) destaca que a marcha histórica de 1995 em comemoração aos 300 anos da morte da liderança negra Zumbi do Palmares, está vinculada ao início de um embate mais acirrado pela adoção de tais medidas, pois nesse evento que reuniu militantes e ativistas de diversos segmentos do Movimento Negro, foi entregue a Fernando Henrique Cardoso, o então presidente da república, um documento que tinha entre suas diversas reivindicações a criação de políticas afirmativas para negros na área da educação de Ensino Técnico e Ensino Superior.

Outro acontecimento que se configura como um marco importante nas reivindicações ao Estado, a fim de que este adotasse ações de reparação das injustiças históricas cometidas contra a população negra, foi a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, que foi realizada em Durban (África do Sul), no ano de 2001. Importante porque ao se comprometer em cumprir o que foi determinado no Plano de Ação construído nesse evento, o Brasil “reconheceu internacionalmente a existência institucional do racismo em nosso país e se comprometeu a construir medidas para sua superação” (GOMES, 2012, p. 739).

A pressão exercida pelo Movimento Negro, o compromisso assumido pelo Estado Brasileiro na Conferência de Durban, a abertura ao diálogo iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso e intensificada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva resultou em várias importantes medidas que se caracterizam como políticas de ação afirmativa. Podemos citar, por exemplo, a instituição da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), criadas respectivamente nos anos de 2003 e 2004. Porém, dentro do bojo das políticas afirmativas, como observado por Domingues (2008), o programa de cotas para negros nas instituições públicas de Ensino Superior foi o que gerou mais polêmicas e disputas, tanto dentro das universidades quanto na sociedade em geral e nos meios jurídico, político e intelectual.

A primeira universidade pública de grande capilaridade a implementar um sistema de cotas raciais em seu vestibular foi a Universidade Nacional de Brasília (UnB). Com isso, iniciou-se um intenso debate em torno dessa medida, envolvendo questões

que se situam desde a sua constitucionalidade até o princípio do mérito individual do vestibulando. E, para que essa política fosse adotada nas demais instituições, houve disputas acirradas entre os grupos pró e contra as cotas raciais, requerendo estratégias e justificativas sólidas tanto do Movimento Negro quanto dos relatores das propostas que foram apresentadas em cada instituição. Somente onze anos depois da Conferência de Durban, na qual o Brasil se comprometeu a operacionalizar políticas de reparação para a população negra, o sistema de cotas se tornou de fato uma medida do Governo Federal que, por meio da Lei nº 12.711/2012, alcunhada de *Lei de Cotas*, dispôs sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (BRASIL, 2012).

No ano de 2003, de acordo com Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior, que é realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (ANDIFES), a porcentagem de estudantes brancos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) era de 59,4% contra 34,2% de negros (pretos e pardos), uma diferença de 25,2% entre os dois grupos. Já na última edição dessa pesquisa, publicada em 2018, a porcentagem de discentes negros (pretos e pardos) nessas instituições chegou a 51,2% e de discentes brancos foi de 43,3% (FONAPRACE; ANDIFES, 2018). Esses dados apontam que, além de ser um importante instrumento na luta antirracista, as cotas raciais são potencialmente capazes de corrigir desigualdades no que se refere à oportunidade de acesso entre negros e brancos na educação de modo geral, em particular no Ensino Superior.

Outra importante conquista na luta por reparação protagonizada pelo Movimento Negro foi a Lei 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, acrescentando os artigos 26-A e 79 - B, que, respectivamente, incluiu no currículo oficial da rede de ensino, tanto público quanto privado, a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, e estabelece no calendário escolar o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. Apesar de ser posteriormente alterada pela Lei 11.645/2008, que incluiu a História e Cultura Indígena, a Lei 10.639/2003 é um marco político, sendo citada e tida como referência dentro do Movimento Negro contemporâneo.

#### MOVIMENTO NEGRO, EDUCAÇÃO E DESAFIOS NOS DIAS DE HOJE

As mudanças nos cenário político-econômico e as trocas periódicas de governo do Estado refletem diretamente na luta contra o racismo, no avanço das políticas de reparações históricas e promoção da igualdade racial, assim como na efetivação de direitos outrora conquistados.

A crise política agravada em 2016, que culminou no *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, e as eleições de 2018, pela qual ascendeu um governo com características de extrema-direita e que flerta com o nazifascismo, significou grandes retrocessos na luta antirracista e nas pautas reivindicatórias do Movimento Negro. Como ressaltado por Miguel (2019): “Os efeitos da involução social já se fazem sentir”, refletindo diretamente nos grupos qualitativamente minoritários, a exemplo dos indígenas e

negros, “sofrem com o refluxo das políticas governamentais de enfrentamento dos padrões históricos de opressão social definidos por gênero, raça, sexualidade e classe.

Esses retrocessos demonstram de certa forma a fragilidade com que muitos dos dispositivos legais antirracistas foram criados, isto é, mais como políticas de governo do que como políticas de estado, que muitas vezes se prenderam apenas as questões de ordem puramente socioeconômicas. Entende-se que, embora seja de extrema importância:

É preciso levar em conta que a luta contra o racismo não é somente a garantia de equidade e de combate às desigualdades sociais e econômicas. É necessário apostar numa profunda transformação da perspectiva cultural na medida em que o racismo e todas as formas de discriminação alojam-se também no mundo das subjetividades, que se manifestam exatamente nas práticas cotidianas, na escola, no mundo do trabalho, nas instituições públicas, privadas, no Estado, nos partidos, nas centrais sindicais, etc (PASSOS; NOGUEIRA, 2014, p. 117).

O diálogo mais estreito entre o Movimento Negro e os governos estabelecidos entre os anos de 2002 e 2016, que resultou em importantes avanços na garantia de direitos sociais para a população negra, talvez tenha criado a ilusão de que essa profunda transformação assinalada por Passos e Nogueira (2014) estivesse bem enraizada, principalmente no cenário político e cultural, e que era impossível que houvesse tanta decadência em tal processo. No entanto, o cenário político atual, marcado por discursos e práticas racistas no meio político e civil, que inclusive foram determinantes para ascensão do atual governo (2018-2022), revela o profundo ressentimento que alguns grupos sociais trazem em relação aos avanços sociais, econômicos, culturais, políticos e educacionais que os brasileiros negros acumularam nas últimas duas décadas através das políticas de reparação e promoção da igualdade racial.

No campo da educação também houve importantes retrocessos, principalmente por meio da redução de recursos destinado às instituições de ensino de nível básico, técnico e superior, o que afeta diretamente a qualidade do ensino e a permanência de indivíduos negros, já que representam a maioria nesses espaços.

Como ressaltado por Santos (2019), desde o Brasil Colônia a população negra vem tendo seu direito à educação negada sob diferentes maneiras. Somando-se a isso, a pessoa negra

ao longo de toda a história de construção da sociedade brasileira esteve ausente ou pouco representada nos espaços escolares. A sua presença reduzida soma-se a exclusão ou tratamento inadequado e preconceituoso (e quando está presente, é de modo estigmatizante

e subalternizado), nos conteúdos escolares ministrados nos currículos (SANTOS, 2019, p. 5).

Antes da desestabilização política culminada em 2016, que persiste até os dias atuais, o MN atuou ativamente para que fossem criados dispositivos legais que legitimassem e dessem base à luta por uma educação antirracista. Dentre esses dispositivos, podemos citar como importantes instrumentos políticos e pedagógicos a Lei no. 10.639/2003, a Lei nº 12.711/2012 e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ano de 2009. No entanto, um dos grandes percalços na implementação de uma educação não racista e antirracista, propostas pelo MN, é a resistência na mudança de paradigmas da educação tradicionalmente ofertada nas instituições de ensino, que ainda possuem um forte viés racista. Essa resistência advém não só de um currículo ainda muito rígido e eurocêntrico, mas da sociedade em geral, das gestões da educação na esfera federal, estadual e municipal, e na atuação docente no cotidiano dessas instituições.

Há a necessidade de que essas leis e documentos oficiais não sejam usados como instrumentos políticos e pedagógicos apenas por educadores, militantes e ativistas engajados na luta contra o racismo e a discriminação racial, mas que seja um compromisso de todos e todas, compromisso esse que deve ter como base o princípio da educação como um direito humano. Nesse sentido, o cenário atual, principalmente no campo da educação, requer fortes estratégias políticas, em que o principal desafio do Movimento Negro é o de aproximar e unificar as organizações sociais, tanto negras quanto de outra ordem, para criar uma frente sólida de diálogo com a sociedade e, ao mesmo tempo, uma frente sólida de luta e resistência contra os constantes ataques racistas e antidemocráticos que se instaurara de forma incisiva a partir das eleições de 2018.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como salientamos ao introduzirmos as discussões, com esse estudo tivemos como objetivo analisar como o Movimento Negro, pós década de 1970, contribuiu na luta pela garantia do direito à educação da população negra brasileira. Também ressaltamos que não ambicionamos tratar de forma aprofundada todas as reivindicações e resultados das ações tomadas pelas organizações e entidades negras no campo da educação, mas buscamos evidenciar suas principais conquistas.

Os resultados revelam que o Movimento Negro que se inicia no fim da década de 1970, com a fundação do MNU, se configura como uma frente de resistência a um regime autoritário e, conseqüentemente, como um instrumento de luta contra a violência simbólica e física por parte do Estado. Além disso, verificou-se que desde quando se reorganizou, em 1978, o MN atuou de forma contundente no campo educacional, o que resultou em importantes conquistas para a população negra do Brasil, que alcançaram maiores chances de ingresso e permanência nas instituições de ensino formal, principalmente nas de nível superior. No entanto, hoje, o refluxo das políticas de promoção da igualdade racial se apresenta como um dos principais desafios a ser superado pelas organizações e entidades negras que compõem o MN.

Nesse sentido, considerando os dados e discussões aqui apresentados, a realização desse estudo contribui não somente para que seja pensado o papel que o Movimento Negro exerce na luta antirracista e nas relações de poder com o Estado brasileiro, mas, principalmente, para a reflexão sobre o papel da educação formal dentro desse processo, enquanto um importante instrumento de promoção de igualdade e dos Direitos Humanos.

Artigo recebido em: 22/02/2021  
Aprovado para publicação em: 20/10/2021

---

BLACK MOVEMENT IN BRAZIL AFTER THE 1970'S: POLITICAL ACTION AND ANTI-RACIST EDUCATION

**ABSTRACT:** This study aims to analyze how the Brazilian Black Movement (MN), after the 1970s, contributed to the struggle to guarantee the right to education of the Brazilian black population. We carried out bibliographic research, using a literature review from the authors: Domingues (2007, 2008), Gomes (2012), Gonçalves and Silva (2000), Passos and Nogueira (2014), Pereira (2010), Alberto (2017), among others. The results indicate that, since its reorganization in 1978, the MN has acted incisively so that the right to education of the black population is guaranteed, resulting in important achievements, both in terms of access and permanence in educational institutions those with higher education. The reflux of policies to repair and promote racial equality has been a great challenge to be overcome by the MN, requiring solid strategies of resistance.

**KEYWORDS:** Black Movement. Racism. Anti-racism. Education.

---

EL MOVIMIENTO NEGRO EN BRASIL DESPUÉS DE LOS 70: ACCIÓN POLÍTICA Y EDUCACIÓN ANTIRACISTA

**RESUMEN:** Este estudio tiene como objetivo analizar cómo el Movimiento Negro Brasileño (MN), después de la década de 1970, contribuyó a la lucha por garantizar el derecho a la educación de la población negra brasileña. Para ello, realizamos una investigación bibliográfica, utilizando una revisión bibliográfica de los autores: Domingues (2007, 2008), Gomes (2012), Gonçalves y Silva (2000), Passos y Nogueira (2014), Pereira (2010), Alberto (2017), entre otros. Los resultados indican que, desde su reorganización en 1978, el MN ha actuado de manera incisiva para que se garantice el derecho a la educación de la población negra, traduciéndose en importantes logros, tanto en términos de acceso como de permanencia en las instituciones educativas, en particular aquellas con educación superior. El reflujo de políticas de reparación y promoción de la igualdad racial ha sido un gran desafío a ser superado por el MN, requiriendo sólidas estrategias de resistencia.

**PALABRAS CLAVE:** Movimiento Negro. Racismo. Anti racismo. Educación.

TRINDADE, J. da S.; MILÉO, I. de O. do S.

---

## REFERÊNCIAS

ALBERTO, P. L. **Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX**. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório - Tomo II: Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <[http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-ii/downloads/II\\_Tomo\\_Dossie-ditadura-mortos-e-desaparecidos-politicos-no-brasil-1964-1985.pdf](http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-ii/downloads/II_Tomo_Dossie-ditadura-mortos-e-desaparecidos-politicos-no-brasil-1964-1985.pdf)>. Acesso em: 23 jan. 2020.

COSTA, H. **Fala, Crioulo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1982.

CUNHA JUNIOR, H. **Textos para o movimento negro**. São Paulo: Editora Edicon, 1992.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEUS, Z. A. **Os herdeiros de ananse: Movimento Negro, ações afirmativas, cotas para negros na universidade**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100 – 122, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Dimensões: Revista de História da UFES**, Vitória, n. 21, 2008. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/2485>>. Acesso em: 28 jan. 2020.

FONAPRACE; ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos da IFES**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 2018. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa>>. Acesso em: 25 maio 2020.

GOMES, J. B. B. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, N. L. Movimento Negro e educação: resignificando e politizando a raça. **Educação e Sociedade**, Florianópolis, v. 33, n. 120, p. 727 – 744, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 15, p. 134-158, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a09.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2020.

GONZALEZ, L. O movimento negro na última década. //r: HASENBALG, C.; GONZALEZ, L. (Org.). **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HANCHARD, M. G. **Orfeu e o poder**: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988). Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

NEGROS protestam em praça pública. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 8 de julho de 1978.

PASSOS DE LUTA: 40 anos do Movimento Negro Unificado. Produção: Amanda Porto, Antônio Souza, Juliana Dalessio, Wellington Amorim. São Paulo: **UAM**, 2018.

PASSOS, J. C.; NOGUEIRA, J. C. Movimento negro, ação política e as transformações sociais no Brasil contemporâneo. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 105-124, 2014. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/276112616\\_Movimento\\_negro\\_acao\\_politica\\_e\\_](https://www.researchgate.net/publication/276112616_Movimento_negro_acao_politica_e_). Acesso em: 26 out. 2020.

PEREIRA, A. A. **O mundo negro**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade federal Fluminense. Niterói, 2010.

PINTO, R. P. **O Movimento Negro em São Paulo**: luta e identidade. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013.

REZENDE, M. J. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984). Londrina: Eduel, 2013.

SANTOS, J. R. Movimento negro e crise brasileira. //r: SANTOS, J. R.; BARBOSA, W. N. **Atrás do muro da noite**: dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

TRINDADE, J. da S.; MILÉO, I. de O. do S.

SANTOS, J. L. R. Desafios para a efetivação de uma educação antirracista. //r: COMPENE SUDESTE, 3, 2019, Vitória. **Anais...** Vitória: ABNP, 2019. Disponível em: <[https://www.copenesudeste2019.abpn.org.br/resources/anais/14/copenesudeste19/1561996104\\_ARQUIVO\\_e33677a3e81c04d5de3a851231cfc099.pdf](https://www.copenesudeste2019.abpn.org.br/resources/anais/14/copenesudeste19/1561996104_ARQUIVO_e33677a3e81c04d5de3a851231cfc099.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2020.

SILVA, T. R.; SILVA, G. R. Somos todos miscigenados? O mito da democracia racial imposta no período da ditadura civil-militar no Brasil. **Revista Offícios de Clío**, Pelotas, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/CLIO/article/view/10568>>. Acesso em: 26 jan. 2020.

---

JOSINEY DA SILVA TRINDADE: Mestrando em Educação e Cultura pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC-UFPA). Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante do Grupo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (GEABI).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5423-8466>

E-mail: [josineytrindade@gmail.com](mailto:josineytrindade@gmail.com)

---

IRLANDA DO SOCORRO DE OLIVEIRA MILÉO: Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica – São Paulo. Professora de Didática, Teoria do Currículo e Avaliação Educacional da Faculdade de Educação e colaboradora da Faculdade de Etnodiversidade, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Altamira.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7075-6503>

E-mail: [irlanda@ufpa.br](mailto:irlanda@ufpa.br)

---

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).